

## O jornal do interior nos anos de 1960: Ribeirão Preto e o Diário de Notícias<sup>1</sup>

Nayara KOBORI<sup>2</sup>

Maximiliano Martin VICENTE<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo tecer considerações sobre o jornalismo praticado no interior do estado de São Paulo, nos anos de 1960, tendo como objeto o impresso *Diário de Notícias* (DN), de Ribeirão Preto. O matutino era dirigido pela Arquidiocese da Igreja Católica do município, o que nos faz refletir sobre os encadeamentos entre o jornalismo do interior e Religião, e qual foi o comportamento desse segmento e do município nos anos de autoritarismo brasileiro, em um contexto regional. A análise parte da observação crítica do jornal, como forma de compreender o posicionamento político e ideológico do DN, por meio da Hermenêutica em Profundidade. Dessa forma, poderemos inferir sobre a atuação do periódico na sociedade ribeirão-pretana e, como o jornalismo é um instrumento referencial para construir novas representações da realidade e da história regional.

**Palavras-chave:** Jornalismo; História; Interior; Diário de Notícias; Igreja.

### INTRODUÇÃO

Relacionar história e jornalismo implica em adotar um posicionamento multidisciplinar entendido como uma tentativa de estabelecer relações e inter-relações nas práticas sociais de maneira a superar as interpretações monolíticas, fragmentadas e parceladas nos processos de produção e socialização do conhecimento. Tal forma de entender o pensamento é representado pela ideia de complexidade, nos moldes propostos por Edgar Morin (2005), e que teria como grande finalidade resgatar o caráter de totalidade do conhecimento e aceitar que todos os conceitos e teorias estão conectados entre si.

Embora seja aceita e amplamente utilizada na atualidade, a multidisciplinariedade convive, ainda, com problemas difíceis de serem solucionados. Sem dúvida o principal reside em como compatibilizar e conseguir que duas, ou mais epistemologias, dialoguem e permitam ampliar as interpretações sobre um determinado campo do saber. Uma possível saída para esse dilema consiste em aproximar áreas de conhecimento de tal forma que resulte mais fácil permitir que cada especialista transcenda sua própria particularidade e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da UNESP. E-mail: [nayarakobori@gmail.com](mailto:nayarakobori@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor-doutor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da UNESP. E-mail: [maxvicente@gmail.com](mailto:maxvicente@gmail.com).

acolha, de maneira mais efetiva, os saberes de outras disciplinas. Assim, dialeticamente, todos ganham e ampliam as interpretações correspondendo, dessa maneira, para a finalidade da multidisciplinaridade.

Duas áreas bem próximas onde pode ser conseguido esse diálogo são o jornalismo e a história. Tanto o jornalismo como a história coincidem na sua finalidade, ou seja, na compreensão e na decodificação da formação da sociabilidade (VICENTE, 2009). Ambos saberes aceitam que o acontecimento deriva do fato entendido como o episódio desencadeador de mudanças no *status quo* da sociedade. Ambos saberes aceitam que para que passe a ter destaque, deve se encaixar dentro de um processo social no qual se atribui, ou não, relevância, uma vez que interfere nas relações sociais. O acontecimento existe em função do relato feito dele e justamente na construção desse relato, o jornalismo e a história se encontram, pois, criam versões desde suas especificidades que nos levam a discutir a forma como a sociedade se estrutura e age na hora de interpretar e validar determinados acontecimentos.

Entretanto, não ignoramos que existem ruídos quando se estabelece o diálogo entre jornalistas e historiadores. Os historiadores alimentam a ideia da superficialidade realizada pelos jornalistas nas suas análises. Eles apresentariam os fatos de maneira rápida, descontextualizada, sem reflexão ou criticidade. Já os jornalistas se sentem incomodados com a falta de atualização e preocupação dos historiadores com os episódios recentes. O passado seria o campo preferencial no qual a história procura encontrar seu sentido e fundamentar suas afirmações. Assim, excluindo o presente, a história teria pouca utilidade para o jornalismo mais voltado para a atualidade.

De imediato surge uma questão: trata-se, apenas, de diferenças cronológicas, de concepções teóricas ou de desconhecimento mútuo? Numa passagem extremamente feliz, Le Goff (1999, p.93) tece considerações relevantes para compreender, como ele mesmo diz, o passado pelo presente e o presente pelo passado, ou seja, a possibilidade do diálogo entre jornalismo e história. Esse historiador, conhecido pelas suas obras relacionadas com a Idade Média, coloca uma pergunta-chave para abordar os acontecimentos dentro da ótica apontada anteriormente: houve na Idade Média fenômenos históricos que esclareçam o presente imediato? O que se passa hoje me permite melhor compreender o que aconteceu na Idade Média?

Tomando como referência a Guerra do Golfo (2 de agosto de 1990 a 28 de fevereiro de 1991), Le Goff entende que o fato se insere numa problemática de longa duração, na

qual árabes e cristãos protagonizaram confrontos, debates e situações marcantes. Dessa maneira, ele vê nas Cruzadas um bom referencial para iniciar a compreensão do acontecimento mais imediato, ou seja, a guerra mais próxima. Jornalistas e historiadores intercambiando seus conhecimentos e saberes construiriam explicações, de acordo com Le Goff, mais fundamentadas e profundas que fugiriam do simplismo ou do estudo descontextualizado do passado sem ter uma referência com o presente.

Ainda, continuando com sua problematização, Le Goff alerta para o cuidado com as fontes de informação empregadas nesse construto histórico, tanto com as dos jornalistas como com as dos historiadores. Defende a adoção de algumas preocupações como: uma leitura do presente, do acontecimento, com uma profundidade histórica ampla o suficiente para conseguir construir uma opinião fundamentada; aplicar um método crítico em relação às fontes, respeitando suas especificidades; procurar fugir da simples narrativa descritiva, oferecendo explicações interpretativas; e tentar hierarquizar alguns fatos, procurando saber distinguir o que é fato de acidente, pois assim será possível relacionar esse evento com o passado já interpretado e avaliado pelos jornalistas e historiadores. Poucas dúvidas existem na aceitação, portanto, do reconhecimento da importância do jornalismo e da história na construção da realidade social. Ao incidir sobre a formulação do cotidiano, já que sua função principal se centraliza na divulgação dos fatos por eles veiculados, acabam servindo de referência para que as pessoas formem ou rejeitem opiniões e versões solidamente fundamentadas.

Mas é importante que, tanto os jornalistas como os historiadores, tenham claro que elaboram uma reconstituição parcial dos acontecimentos, na qual se procura atribuir um significado e um sentido para o fato descrito. Assim, ambos se distanciam dos relatos baseados na ficção por trabalharem com preocupações e procedimentos que interferem e repercutem no âmbito social. Borrat (in Fontcuberta & Borrat, 2006, p.330) cita alguns procedimentos nos quais jornalistas e historiadores procedem de maneira semelhante. Na construção da narrativa, ambos descrevem os eventos partindo de rupturas temporais; inserem os personagens num contexto, não devem personalizar os acontecimentos; contextualizam os fatos; ampliam o cenário para dar força ao tema tratado e elaboram uma sequência temporal; traduzem para o público a trama estudada sem tentar influenciar com suas opiniões, apenas mostrando credibilidade na sua exposição; sua narrativa sempre é provisória, pois, à medida que novos fatos aparecem, o sentido atribuído tem que ser revisto; e, finalmente, jornalistas e historiadores almejam chegar a uma verdade.

A narrativa, portanto, parecer ser um dos pontos onde jornalismo e história convergem na elaboração e produção de sentido nos fatos que estudam. A história, mais especificamente, observa e explica como os discursos sociais dominam as dimensões do tempo no qual aconteceram os fatos, garantindo, assim, a construção de relações elaboradoras de práticas sociais específicas a cada momento. Esses discursos são, antes de tudo, formas de intervenção mediante as quais o historiador ordena o tempo, descreve as redes sociais e cunha uma lógica portadora de sentido específico. A criação da narrativa histórica é o momento no qual o historiador, na condição de pessoa responsável pela elaboração dessa interpretação, determina as classificações, a posição dos fatos, dos homens, das ideias e onde e quando se consolidam as justificativas que ele considera convenientes para criar sua versão.

De alguma maneira, esses procedimentos podem ser observados na narrativa jornalística. Ela ocorre também em contextos peculiares e específicos, e usa recursos, normalmente mais amparados nas estratégias narrativas do texto, destinados a cativar seus receptores. A organização narrativa do discurso midiático não é aleatória, portanto realiza-se numa conjuntura claramente determinada e procura originar determinados efeitos bem específicos. No discurso jornalístico, os jornalistas servem-se de estratégias textuais que interferem na organização do texto, pois se utilizam de códigos, articulações sintáticas e pragmáticas, além de outros recursos da linguagem, que levam a uma interpretação por parte do destinatário ou receptor.

Pelo exposto até agora, podemos afirmar que as semelhanças e convergências entre o jornalismo e a história na abordagem dos fatos se encontram na repercussão social que os mesmos podem ter. Partimos do pressuposto de que, nessa aproximação, prevalece a procura de um ideal tanto para o jornalista como para o historiador. O jornalista tem como missão principal esforçar-se para reconstituir e explicar ao seu leitor a sequência e os laços que se vinculam às notícias apresentadas cotidianamente. Dessa maneira, a informação adquire um sentido mesmo que ela seja desmontada no dia seguinte pela revelação imposta por outros acontecimentos. Já o historiador realiza processo semelhante na medida em que tenta reconstituir por que caminhos o fato chegou ao momento do presente. O historiador, nessa evolução, analisa as estruturas que ocasionaram tal desfecho com relação ao tema que estuda.

## **APROXIMAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E JORNALISMO REGIONAL**

Uma das maneiras mais interessantes de observar como se opera a aproximação do jornalismo com a história ocorre quando se estudam fatos e acontecimentos locais ou regionais, ou seja, quando se reduz a escala de observação dos acontecimentos. Em termos de historiografia essa redução ficou conhecida como micro história e merece ser explicada para evitar simplismos relacionados com os acontecimentos que estuda, muitas vezes tido como irrelevantes por estarem veiculados ao cotidiano local. Para Barros (2011, p.158-162) delimitar o espaço a um determinado local nos permite estudar com mais profundidade as relações sociais que se estabelecem nele. Para ele a micro história deve procurar caracterizar a peculiaridade que um acontecimento adquire dentro de um recorte espaço-temporal que o historiador faz.

Quando um historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através dela como os acontecimentos macros se processaram no âmbito daquela região. Em razão disso o objeto de estudo, mesmo sendo localizado ajuda na compreensão dentro de uma prática social específica “a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar.” (BARROS: 2011, p. 164). Assim, se pode afirmar que a micro história lida com o fragmento como meio através do qual se pretende enxergar uma questão social mais ampla ou um problema histórico ou cultural significativo.

Dentro do jornalismo, o equivalente à micro história pode ser encontrado no jornalismo local, também conhecido como regional ou de proximidade. Essa forma de realizar o jornalismo tem muitas semelhanças com a denominada micro história. A proximidade com o público, o espaço disponibilizado para abordar questões locais e regionais e o papel de fiscalizador da coisa pública atribuem ao jornal local relevância suficiente para ser objeto de estudo científico tão importante quanto o jornalismo de massas (COLUSSI, 2005). Independentemente de sua linha editorial, o periódico local pode informar o que interessa mais de perto a seus leitores garantindo, assim, um processo natural de identificação do leitor com o jornal local. Por estar próximo do cidadão, torna-se um meio facilitador de cidadania, uma vez que, ao tratar de temas diretamente relacionados com o público, permite que a população participe do desenvolvimento local: reclamar dos direitos políticos e administrativos, fiscalizando o poder público. Isso não significa colocar

o jornalismo local no pedestal, mas sim destacar o fato de que convive (de perto) com os problemas da comunidade e que se assemelha muito ao *modus operandi* da micro história, tanto nos seus objetivos, como nas suas finalidades e sua forma de apurar e agir no âmbito de uma sociedade mais geograficamente delimitada. O papel da imprensa local é tornar público as decisões, as reivindicações e os fatos locais e regionais. Isso leva o jornal do interior a ser a principal fonte de informação, transformando-o no melhor ponto de encontro entre quem quer vender ideias e quem quer comprar ideias. Nada substitui a visão local e, portanto, as possibilidades de diálogo com a micro história são mais do que factíveis.

Ao mesmo tempo o jornal local apresenta visões do contexto macro algo que a história regional, também, não pode esquecer. Problemas relativos ao país, ou mesmo ao publicar notícias de acontecimentos internacionais são elementos encontrados frequentemente nas páginas dos periódicos regionais. Contudo, não podemos ignorar que o jornal local ainda carrega algumas características estereotipadas no passado. Para alguns, ele ainda é conhecido como uma imprensa “artesanal” – mais opinativa que informativa, que discute os problemas, interfere nos bastidores da política, denuncia e também fofoca – e com precariedades técnicas. Além disso, há a questão do comprometimento com o município, refletindo as disputas, as lideranças e tendências políticas. Esse tipo de jornalismo “olha” pelo local e o torna o centro dos problemas e discussões.

Justamente nessa tensão entre o local e o nacional, entre o público e o privado que se deve adotar um ponto de vista crítico para não ser iludido nas informações obtidas e publicadas no meio impresso. Justamente nos saberes das duas áreas podemos encontrar subsídios para tentar mitigar esses possíveis elementos de manipulação presentes tanto na micro história como no jornalismo local. Thompson (2009) oferece pistas para fugir dessas forças de manipulação. Nesse sentido ele alerta para que sempre os dados analisados, seja pelo jornalismo ou pela micro história, devam ser vistos como formas simbólicas que, em determinados contextos, servem para estabelecer (produzir, criar, instituir e sustentar, manter e reproduzir) sistematicamente desigualdades sociais, entendidas como relações de poder ou de dominação.

Justamente para fugir dessa tendência Thompson defende a ideia de que as abordagens dos fatos devam se assentar num tripé: análise sócio histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação, o que denomina como Hermenêutica da profundidade. A análise sócio histórica centra-se nas “condições sociais e históricas da produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (THOMPSON, 2009, p. 34). Com

isso, o contexto e suas influências sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas são o fundamento da análise discursiva, com suas características estruturais, padrões e relações. (THOMPSON, 2009, p.369). A interpretação/reinterpretação implica em um movimento de síntese, por uma construção criativa de possíveis significados. (THOMPSON, 2009, p. 375).

Esse procedimento não isenta que se cometam erros, mas sem dúvida numa contextualização solidamente fundamentada num ambiente de longa duração, como defendia Le Goff, se estabelece uma linha de interpretação onde se explicitam as relações de dominação. Assim, contextualizado o fato torna-se mais difícil de ser manipulado, seja por jornalistas, seja por historiadores, seja analisando a micro história e o jornalismo local, seja abordando fenômenos de caráter nacional ou global. A singularidade e a originalidade de uma obra histórica ou de uma notícia publicada num determinado jornal, estão justamente na articulação estabelecida pelo autor entre todos os elementos de sua narrativa, o que inclui o conteúdo, o tipo de explicação dos fatos, os pressupostos ético-ideológicos, bem como o gênero do enredo. Ou seja, a aproximação da história com o jornalismo cria um campo de reflexão e convergência que de forma alguma são excludentes, ambos se complementam e quando utilizados em conjunto contribuem para o que Morim denominava de complexidade.

### **A POLÍTICA NACIONAL E LOCAL NOS ANOS DE 1960**

Os anos 1960 estiveram marcados por um profundo debate e confronto que desembocaria, logo após o golpe civil-militar de 1964, na instauração de um regime autoritário. Talvez por isso, Caio Navarro Toledo (1982) afirma que o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Efetivamente, com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, assumiu interinamente Ranieri Mazzilli, e já naquele momento os ministros militares, contando com o apoio de dois partidos conservadores, a União Democrática Brasileira (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), tentaram barrar o retorno de Jango ao país, fato que geraria a implementação do regime parlamentar no Brasil. De acordo com Toledo (1982), o alinhamento de Goulart com as denominadas posturas progressistas assustava os setores conservadores, temerosos que implantasse no país um regime próximo aos modelos socialistas.



Contudo, uma expressiva maioria congressista manifestou-se contra a arbitrária e ilegal exigência, defendendo a legalidade da posse de João Goulart e acabou lutando para que se cumprisse a constituição de 1946, com a volta do presidencialismo. Somente em janeiro de 1963, Jango recuperaria as atribuições de chefe de governo, através de um plebiscito.

O impasse e descompasso proveniente do parlamentarismo tinham levado o país a uma situação econômica e social complicada. A inflação vinha acelerando desde 1961 assim como o desenvolvimento e crescimento econômico permanecia estagnado. Já com os dias contados para acabar seu mandato Goulart promoveu um verdadeiro embate político e ideológico no país, considerado por alguns como o fim do movimento populista (Weffort, 1978). Tal embate colocava frente a frente as forças sociais antagônicas. Do lado progressista, se destacava o movimento estudantil e movimento operário; o segundo se destacava por sua autonomia sindical através do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que lutava pela defesa e pela ampliação dos direitos trabalhistas. A Igreja Católica, uma das forças sociais mais expressivas naquela época, abrigava um setor progressista identificado com a denominada Teologia da Libertação e que atuava junto as camadas populares através dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB). Outro movimento de expressão foi o realizado pelos camponeses congregados nas Ligas Camponesas, defensoras dos direitos dos trabalhadores rurais e da Reforma Agrária. A conjugação de todos esses movimentos aterrorizava cada vez mais as elites brasileiras, pois mostravam a possibilidade de rompimento do controle das classes dominantes do país. Por outro lado, setores mais conservadores, congregados principalmente em torno da UND (União Democrática Nacional) e que contavam com o apoio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Investigações Sociais (IPES), lançavam constantes campanhas contra o que denominavam de implantação do comunismo no país e que tinham como alvo combater as políticas nacionalistas e estatizantes de Goulart.

Essa situação se alteraria quando João Goulart lança, em 13 de março de 1964, no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, as Reformas de Base. Sob a denominação de “Reformas de Base” se abrigavam ações que visavam alterações bancárias, fiscais, urbanas, administrativas, agrárias e universitárias. Entre as mudanças pretendidas pelo projeto de reforma apresentado, estava em primeiro lugar, liderando os debates sobre o processo, a reforma agrária, com o objetivo de reduzir os combates por terras e possibilitar que milhares de trabalhadores tivessem acesso às terras. As aspirações das reformas



pretendidas coincidiam com os anseios da classe média brasileira, dos trabalhadores e dos empresários nacionalistas. Por esse motivo, grande parte do povo brasileiro aderiu ao movimento, o que desagradou os setores mais conservadores do Brasil.

A ofensiva golpista não tardou a se manifestar: poucos dias após o Comício, cerca de 500 mil pessoas saíram pelas ruas de São Paulo em favor da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Setores das classes médias, parte do clero e da burguesia, sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral cristã, saíram às ruas nas maiores capitais do país em defesa do discurso contra o governo Goulart promovido por políticos do PSD e da UDN (representantes dos grandes proprietários de terras e setores conservadores da Igreja Católica). A real intenção de tais manifestações era criar um clima favorável à intervenção militar, bem como, incitar as Forças Armadas ao golpe de Estado. Dessa maneira, deu-se o golpe em 31 de março de 1964.

Logo após o golpe ter sido consumado se iniciou uma perseguição constante e violenta contra os setores que tinham se mobilizado na defesa das propostas de Goulart como os setores da denominada esquerda política, a CGT, a União Nacional dos Estudantes, as Ligas camponesas e grupos da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação como a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular.

Mas não foram todos os que sofreram esses ataques. O golpe foi bem visto, apoiado e saudado por setores importantes da imprensa, o grande empresariado, os proprietários rurais, setores conservadores da Igreja Católica e governadores de estados importantes como Carlos Lacerda, da Guanabara, e Magalhães Pinto de Minas Gerais, assim como amplos setores da classe média. De forma geral, esses setores coincidiam ao identificar Goulart como tendo um posicionamento de esquerda e viam o golpe como uma forma de frear esse avanço social e essa caminhada do país em direção ao socialismo. Com o Golpe se iniciava um regime político denominado de autoritário, na qual a democracia e a representação ficaram comprometidas enquanto o Estado ampliava sua autoridade e cerceava as liberdades democráticas. Diferentemente de outras ocasiões, agora, em 1964, os militares, além de promover a conquista do Estado, permaneceriam nele até a denominada redemocratização dos anos 1980, ou seja, depois de conservar-se por vinte anos no poder.

Em nível regional, Ribeirão Preto<sup>4</sup> também enfrentava a dicotomia e embates entre os setores progressistas e conservadores na cidade. No período anterior ao golpe, vigorava a

---

<sup>4</sup> Ribeirão Preto está localizada na porção nordeste do estado de São Paulo. Possui cerca de 666 323 habitantes, segundo dados do IBGE/2015. A cidade é conhecida como “capital do agronegócio” e teve sua economia calcada na exportação cafeeira.

administração municipal de Condeixa Filho, do Partido Social Progressista (PSP), que compartilhava da política de Adhemar de Barros que, na época, vivia um radicalismo de direita (MARINO, 1988). Ao mesmo tempo, entidades estudantis locais, como o Centro Nacionalista Olavo Bilac<sup>5</sup>, estudantes da Universidade de São Paulo (USP), e até entidades organizadas como a Aliança Nacional Libertadora (ALN), já anunciavam a trama golpista nacional e se posicionavam a favor do Presidente Jânio Quadros (PAULINO, 2012).

Com o final da prefeitura de Condeixa Filho, Ribeirão Preto já sentia o clima de cisão ideológica, que colaborava para germinar preconceitos pela esquerda e direita, fato que influenciou na imagem dos candidatos à prefeito, em 1963. Concorreram os políticos: Antônio Carlos Sant’Anna<sup>6</sup>, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Orlando Jurca<sup>7</sup>, candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Welson Gasparini<sup>8</sup>, vencedor das eleições pelo Partido Republicano Paulista (PRP). O novo prefeito assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1964, afirmando seu compromisso com os movimentos da Igreja Católica e da Social Democracia Cristã, ou seja, com uma ala progressista católica, alinhada com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Welson Gasparini também participava e apoiava greves de trabalhadores, fato que foi questionado por outros políticos conservadores da época. Após o golpe, o Prefeito manteve a sua postura, mas acabou filiando-se ao ARENA, partido de situação do regime militar, como forma de permanecer no poder. Gasparini manteve-se na Prefeitura até 1969.

Tomado o conhecimento do golpe, a Câmara Municipal fez coro aos militares, e passou a cassar mandatos de políticos considerados “subversivos”. O novo regime desarticulou partidos políticos, representantes da oposição e movimentos populares. Por isso, Paulino (2012) discorre que logo nos primeiros dias de autoritarismo, opositores do regime foram presos, como nacionalistas, comunistas, socialistas, membros filiados a partidos de esquerda e, até mesmo, jornalistas que se mostraram contrários à política militar vigente. Mesmo assim, havia a presença de grupos ativos e militantes na cidade, contra a política instaurada, como é o caso das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), entidade destacada que tinha como representantes os estudantes da Faculdade de Direito da

---

<sup>5</sup> O Centro Nacionalista Olavo Bilac é uma organização formada por estudantes da Escola Municipal Otoniel Motta.

<sup>6</sup> Antônio Carlos Sant’Anna era redator-chefe do jornal *Diário da Manhã*, um dos principais veículos da cidade. Atuou como jornalista e político, já ocupando cargos de vereador na Câmara Municipal.

<sup>7</sup> Orlando Jurca já exerceu cargos de vereador e Presidente na Câmara Municipal.

<sup>8</sup> Welson Gasparini era jornalista no *Diário de Notícias* e locutor na rádio ZYR-79. Na época, só tinha sido eleito vereador por uma vez, em 1958. Chegou a chefiar a administração municipal como Prefeito de Ribeirão Preto, por três mandatos. Atualmente, Welson Gasparini exerce o cargo de Deputado Estadual pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

USP. Nesse contexto, a imprensa fez-se extremamente presente para divulgar ideias que combatiam as tramas golpistas, e combater a hegemonia das classes conservadoras.

## O “DIÁRIO DE NOTÍCIAS”: JORNALISMO DO INTERIOR E COMUNIDADE

O surgimento da imprensa na região de Ribeirão Preto está ligada à emergência da cultura cafeeira, no final do século XIX. De início, os jornais eram vistos como palcos políticos, representando interesses de conglomerados dos grandes empresários e barões do café. Em 1950, a modernização da imprensa nos grandes centros urbanos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, modificou os parâmetros do jornalismo brasileiro. A influência norte-americana, a separação de informação e opinião, o uso do *lead*, da pirâmide invertida e do fotojornalismo, passaram a ser alguns dos elementos que moldaram a imprensa do país (RIBEIRO, 2007). Araújo & Geraldo (2006) discorrem que essas mudanças foram incorporadas aos jornais regionais dez anos depois, em 1960. Em Ribeirão Preto, os autores dizem que as novas concepções do jornalismo e o grau de modernização pode ser visto com clareza nos periódicos *A Cidade*, *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*, que investiram em sua reestruturação gráfica e textual.

De forma irônica, ao mesmo tempo em que ocorria a modernização da imprensa regional, era deflagrado o golpe, sufocando a relativa autonomia dos jornais. Entretanto, isso se deu em nível político, não impedindo o desenvolvimento dos veículos da cidade, que sobreviveram ao conturbado momento histórico. O *A Cidade* atravessou intocável todo o período militar, e hoje é líder em circulação na região, sendo comprado pelas Emissoras Pioneiras de Televisão Brasileira (EPTV), filiada da Rede Globo. Já o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* acabaram fechando as portas em meados dos anos de 1980, devido ao corte de anúncios publicitários e falta de assinantes<sup>9</sup>. De acordo com Araújo & Geraldo (2006), o *A Cidade* possuía um perfil mais conservador, enquanto o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* tinham um perfil de esquerda.

O DN foi fundado em 1928, pela família Silva Lisboa. Nos anos de 1940, o matutino foi vendido ao professor Oscar de Moura Lacerda, que passou pouco tempo à frente do veículo, vendendo-o para a Cúria Arquidiocesana de Ribeirão Preto, já em 1944. Na década de 1950, o jornal conseguiu uma tiragem de 8.500 exemplares, ocupando espaço entre os três maiores veículos da região, ao lado do *A Cidade* e o *Diário da Manhã*

---

<sup>9</sup> Não há dados sobre o ano exato em que esses dois jornais pararam de circular. Há dados conflituosos na bibliografia consultada. Entretanto, sabe-se que com o endurecimento do regime militar, o número de edições tornavam-se cada vez menores, sendo que aos poucos, eles deixaram de existir.

(SANT'ANNA, 2010). É no mesmo período, que o DN passa por modificações gráficas e textuais, incorporando elementos do jornalismo norte-americano, como a separação de informação e opinião (ARAÚJO & GERALDO, 2006), serviços de telégrafo, parceria com a agência noticiosa internacional ASA-PRESS UNITED, e difundidos princípios da modernidade da época.

O jornal adotava o formato standard (com 50x30cm, aproximadamente), com número de páginas que variam de 4 a 12 folhas, dependendo da edição. Logo abaixo do título, aparecia o slogan “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus – Mt. XXII, 21”. Em 1960, era visível a segmentação dos assuntos no DN: a primeira página era reservada à veiculação das notícias da agência internacional, dando destaque para assuntos nacionais e internacionais de grande apelo público e valor noticioso (na grande maioria das vezes, os assuntos políticos eram priorizados). Na segunda página, a coluna editorial “Nosso Comentário” se fazia presente, se portando com o espaço próprio de manifestação do jornal e do corpo de editores. É também na segunda folha que eram veiculadas datas e horários de missas e outros assuntos religiosos católicos da região. A terceira página era reservada para assuntos estritamente locais, demonstrando a preocupação do DN em aproximar-se da comunidade. Também havia presença de anúncios de serviços comerciais (propagandas de loja de roupas, sapataria, etc.) e profissionais (médicos, advogados, entre outros). A mesma lógica era compartilhada pela quarta página, que traziam além dessas notícias, informações sobre a vida social de nomes conhecidos do município. A quinta página tinha uma aproximação com as notícias do esporte. Dava-se prioridade para os campeonatos regionais e, logo depois, os nacionais. Por fim, a última página também era reservada à assuntos locais, também fortalecendo a visão do jornal como um porta-voz de Ribeirão Preto. Encontramos o quadro “situação política”, com mescla de informações com menos de um parágrafo sobre acontecimentos políticos municipais e nacionais.

Vemos, portanto, uma lógica de construção da notícia no DN. Apesar de trazer a preocupação com as informações internacionais e nacionais, tendo diálogo com agência de notícia internacional, o matutino tem como principal objetivo veicular os assuntos da urbe em que se encontra, como forma de reforçar sua presença na localidade e manter um diálogo constante com a sociedade ribeirão-pretana. É nesse sentido que Dornelles (2005) constrói o argumento de que a filosofia do jornal interiorano tem como pretensão voltar-se para a comunidade (no caso, os moradores da cidade em que o veículo circula) e atender os seus anseios e reivindicações. Tendo em vista essas considerações, as notícias que serão

divulgadas vão de acordo com o que o a cidade do interior necessita, formando um jornal do interior que vai na contramão da grande mídia para atender necessidades particulares de cada espaço urbano, mas que ao mesmo tempo, incorpora características dos grandes veículos para criar uma identificação com o público.

Ao criar esse lado com a comunidade, a mídia local irá aproximar-se de práticas da mídia comunitária, e que ajudaram a construir as vertentes do jornalismo do interior. Dornelles diz que isso resulta em “manifestações de comprometimentos sociais de ambas, em maior ou menor grau e na disseminação da diversidade cultural, através da mídia local e comunitária” (DORNELLES, 2005, p.1). No caso do *Diário de Notícias* essa aproximação aparece cada vez mais nítida, tendo em vista que a mídia comunitária surge de ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, há a preocupação do corpo editorial da folha em trazer questionamentos sociais do interior, em conjunto com práticas promovidas pela Igreja Católica de Ribeirão Preto.

Além das notícias, outro modo de identificação das práticas do jornalismo no interior refere-se aos seus profissionais. Diretores e jornalistas do periódico devem participar de atividades promovidas pela sociedade local, buscando soluções e, assim, contribuindo para o progresso da região (DORNELLES, 2005). No caso do *Diário de Notícias*, o diretor Pe. Celso Ibson Syllos (1961 a 1964) também era líder da *Frente Agrária Paulista*, movimento que buscava dialogar com os trabalhadores rurais, promovendo debates e educando-os através do método Paulo Freire.

A preocupação com o setor rural era uma das tônicas no DN. A posição ocupada pelo Pe. Celso, ao lado das medidas reformistas propostas por João Goulart em 1963, fomentaram discussões sobre Reforma Agrária em Ribeirão Preto, aproximando cada vez mais o jornal da comunidade em questão. No editorial “Libertemos a roça”, o diretor da folha tece considerações sobre as Reformas de Base e pede apoio às Prefeituras Municipais:

É necessário dar apoio a esse tipo de iniciativas renovadoras, adotando-se uma forte política de reformulação do sistema de posse e exploração de terras. As Prefeituras Municipais estão hoje com enorme chance de liderar esse movimento, já que o imposto territorial rural oferece ensejo a uma total revisão de critérios, encerrando-se proporcionalmente as terras boas não cultivadas e as grandes superfícies<sup>10</sup>.

E continua:

Estamos convencidos de que nosso município de Ribeirão Preto poderá dar magnífico exemplo nessa linha de uma Revisão Agrária corajosa e bem planejada. O primeiro passo

---

<sup>10</sup> SEM AUTOR. Libertemos a Roça. *Diário de Notícias*. Coluna Nosso Comentário. Ribeirão Preto. 08 de novembro de 1963.

consistirá, sem dúvida, em montar uma perfeita máquina arrecadadora e fiscal, depois de se executar oportuna reforma no Código tributário. (...) Além de fortalecer o ciclo da Reforma Agrária que já está quase se instalando em nosso país, é fato que Ribeirão Preto seria o primeiro grande beneficiado, já que Comércio e Indústria locais e regionais se beneficiam com essa integração de centenas de famílias até agora mantidas à margem da produção responsável e do mercado urbano<sup>11</sup>.

Em outros textos do DN, notamos novamente a aproximação com os setores rurais, apoiando-se na Doutrina Social Cristã e o compromisso, enquanto ator social, na transformação e progresso da cidade. Percebemos que o jornal e seu diretor, Pe. Celso, antecipavam, de certa forma, o espírito de Puebla (1979) e mantinham uma linha ideológica progressista. Com a deflagração do golpe, o DN deixou de circular por cerca de dois meses e o Pe. Celso foi preso pela Polícia Política local. Depois disso, não se tem registros do religioso, mas sabe-se que ele acabou por abandonar a batina. Quanto ao jornal, passou a ser dirigido pelo Pe. Angélico Sândalo Bernardino, que mantinha aproximações com a ideologia da direção anterior, porém, de maneira menos enfática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História local, também chamada de micro história, nos permite compreender de forma aprofundada as relações sociais existentes em um espaço delimitado, porém complexo, que podem se fazer presentes em âmbitos nacionais. Compreende-se que o regional está inserido na lógica do nacional e, por isso, é necessário entender como se dava esse ambiente, demonstrar suas singularidades e deixar claro que a sociedade é heterogênea e dinâmica.

No caso das práticas jornalísticas, nos deparamos com o estudo de um tipo de produção empresarial voltada aos desejos da comunidade, mas que ao mesmo tempo, seguia uma lógica de produção da grande imprensa. Isso de modo a criar uma identificação com o público e, também, manter um diálogo com a sociedade do espaço em que está inserido. Estudamos o *Diário de Notícias*, matutino local ribeirão-pretano, mantido pela Igreja Católica, em um período conturbado da História Nacional. Os diversos apontamentos apresentados nesse artigo não dão conta da complexidade do fenômeno, mas nos ajudam a perceber que há muito mais além na História da Imprensa Brasileira.

A particularização e a significação particular do jornalismo local o fazem uma referência, pois cada vez mais, caminhamos para um jornalismo personalizado e localizado, que atendam aos nossos interesses e discutam as especificidades locais. Por isso, faz-se

---

<sup>11</sup> *Idem, ibidem.*



necessário ampliar as discussões sobre jornalismo local e História, a fim de entender os processos produtivos que nos levam as modelos atuais de configuração das empresas de notícias.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. E. de. & GERALDO, S. Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – O início da profissionalização das redações (1965-82). **XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste/INTERCOM**. Ribeirão Preto, 2006.

BARROS, J. D. "Micro-História". In: **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8a edição. p.152-179.

COLUSSI, J. **Jornalismo regional e construção da cidadania: O caso da Folha da Região de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado, FAAC- Bauru, 2005.

DORNELLES, B. Imprensa local. In: **Documentos básicos – Mídia Cidadã**. Seminário WACC/UNESP/METODISTA. São Bernardo do Campo. 28 a 30 de novembro de 2005.

MARINO, D. **Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimentos sobre o golpe de 64**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MORIN, E. **Educação e complexidade, os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULINO, C. L. T. **Tempos de resistência**. 10ª. Edição. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 2012.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.

SANT'ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) UNESP, Araraquara: 2010.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 1997.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.